

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.399.125 - SC (2018/0300717-1)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A**  
**ADVOGADOS : LYCURGO LEITE NETO - DF001530A**  
**ROSELLE BERTHIER - SC017347**  
**MARIANA TANCREDO MUSSI - SC017974**  
**AGRAVADO : SILIETE NELI MAGALHAES**  
**ADVOGADO : RUY THEOTONIO DA SILVA JUNIOR - SC040012**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fls. 475/476, e-STJ):

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - VAZAMENTO DE ÓLEO DOS TRANSFORMADORES DA SUBESTAÇÃO DA CELESC - CERCEAMENTO DE DEFESA ALEGADO PELA CELESC - INOCORRÊNCIA - CPC/1973. ART. 427 (NCPC, ART. 472)

1. Sob a égide do CPC/1973, "não configura cerceamento de defesa quando o magistrado, destinatário final da prova, verificando suficientemente instruído o processo e embasando-se em elementos de prova e fundamentação bastantes, ante os princípios da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento motivado, corolários do princípio da persuasão racional, entende desnecessária a dilação probatória e julga antecipadamente a lide" (AC n. 2016.016237-8. Des. Henry Petry Júnior).

2. Dispensável a produção de prova testemunhal ou técnica pretendida no caso concreto, por não ser crucial para subsidiar a decisão ou demonstrar a ausência do nexo causal, seja em razão da falta de interesse da parte, que obteve a reforma da sentença em seu favor, ou da existência de suficientes evidências, no caso, fatos notórios e incontroversos (NCPC. art. 374; CPC/1973. art. 334).

DANOS EMERGENTES E LUCROS CESSANTES - ADIMPLEMENTO ADMINISTRATIVO - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS PREJUÍZOS EXCEDENTES - ÔNUS QUE INCUMBIA A AUTORA, A TEOR DO ART. 333 I. DO CPC/1973 (NCPC, ART. 373, I) - REFORMA DA SENTENÇA

1. A inexistência de documento indispensável à propositura da ação que evidencie concretamente os prejuízos sofridos pela autora impõe

a improcedência do pedido de indenização a título de danos materiais, mormente porque já adimplida pela demandada administrativamente.

2. A prova testemunhal, ademais, em casos semelhantes, somente seria admissível se houvesse início de prova documental, pois inviável a produção exclusiva de prova testemunhal para evidenciar ou mensurar os danos materiais sofridos, mormente em se tratando de lucros cessantes.

**DANOS MORAIS - CABIMENTO - REDUÇÃO DO QUANTUM**

1. O Superior Tribunal de Justiça já sufragou o entendimento de que o desassossego intenso de pescador profissional artesanal, o que inclui os maricultores produtores ou extrativistas, causado pela privação das condições de trabalho, em consequência de dano ambiental, justifica a indenização por dano moral (REsp n. 1.114.398/PR, 2ª Seção, Min. Sidnei Beneti).

2. No caso dos autos, como a angústia pelo receio da privação do meio de subsistência decorreu não propriamente da toxicidade do material despejado no mar, mas sim do embargo preventivo determinado pelas autoridades administrativas, aliada à ausência de consequências mais gravosas ou imprevisíveis, o correspondente valor compensatório deve obedecer rigorosamente aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

**RESPONSABILIDADE POR DANO PROCESSUAL - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - NCPC, ARTS. 79 A 81 - IMPOSIÇÃO DA MULTA DE OFÍCIO**

Conforme o art. 81 do Código de Processo Civil de 2015, o juiz condenará o litigante de má-fé, *ex officio* ou a requerimento, ao pagamento de multa entre um e dez por cento do valor corrigido da causa, para indenizar a parte contrária pelos prejuízos sofridos.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 505/513, e-STJ).

Nas razões do recurso especial, a agravante alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 355, I, 373, I e II e parágrafos, 1.022 do Código de Processo Civil; 186 e 927 do Código Civil.

Afirma, inicialmente, que o acórdão recorrido é omissivo.

Alega a ocorrência de cerceamento de defesa, em razão do indeferimento das provas pleiteadas.

Requer, por fim, o afastamento da indenização pelos danos morais, dada a

ausência de provas nesse sentido.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 548, e-STJ).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 559/561, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

No tocante às alegações de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, verifico que essas não merecem prosperar. Isso porque, consoante entendimento consolidado desta Corte, o recorrente não possui o direito de ter todos os argumentos alegados rebatidos, cabendo ao tribunal analisar e debater as questões principais para o deslinde da controvérsia.

Ademais, verifico que o Tribunal de origem analisou expressamente as questões levantada pela recorrente, de modo que não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado por ela.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos do acórdão cuja ementa transcrevo abaixo:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DOS DEMANDADOS.

1. Violação ao artigo 1022 do CPC/15 não configurada. Acórdão estadual que enfrentou todos os aspectos essenciais à resolução da controvérsia de forma ampla e fundamentada, sem omissão. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, tampouco indicar todos os dispositivos legais por elas suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. Precedentes.

2. Para o acolhimento do apelo extremo, no sentido de aferir acerca da presença dos elementos ensejadores da responsabilidade civil do condutor do veículo na hipótese, seria imprescindível derruir a

conclusão contida no decisum atacado, o que, forçosamente, enseja em rediscussão da matéria fático-probatória, atraindo o óbice da Súmula 7/STJ.

Precedentes.

3. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o motorista e o proprietário do veículo automotor respondem, de forma solidária, pelos danos causados em acidente de trânsito.

Incidência da Súmula 83/STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1077547/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 17/9/2018)

Também não prosperam as alegações de violação ao art. 355, I, do Código de Processo Civil, sob o argumento de ocorrência do cerceamento de defesa pelo indeferimento da prova testemunhal.

Com efeito, é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca da necessidade, ou não, de dilação probatória, tendo em vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa, cujo reexame é vedado em âmbito de especial, ao teor da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS.165 E 458, DO CPC. INEXISTÊNCIA. PROVA PERICIAL. REVISÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há que se falar em violação dos arts. 165 e 458, do Código de Processo Civil, pois o tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Além disso, basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais.

3. No sistema de persuasão racional adotado pelo Código de Processo Civil nos arts. 130 e 131, em regra, não cabe compelir o magistrado a autorizar a produção desta ou daquela prova, se por outros meios estiver convencido da verdade dos fatos, tendo em vista que o juiz é o destinatário final da prova, a quem cabe a análise da

conveniência e necessidade da sua produção (REsp 1175616/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 01/03/2011, DJe 04/03/2011).

4. O exame acerca da legitimidade ativa e passiva demandaria revolvimento das circunstâncias fáticas dos autos, providência vedada pela Súmula 7/STJ (REsp 1216020/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/12/2010, DJe 04/02/2011).

5. Rever os fundamentos do acórdão recorrido exigiria reapreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, ante o teor das Súmula 7 do STJ.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 782.322/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 2/2/2017)

Além do mais, no caso dos autos, o Tribunal de origem consignou que a prova testemunhal não teria o condão de eventualmente afastar a condenação pelos danos morais, uma vez que essa indenização foi fixada com base no fato notório e incontroverso do vazamento de óleo que, por si só, gerou prejuízos à autora e a suspendeu de suas atividades profissionais.

Cito, por oportuno, excerto do acórdão (fls. 482/483 e 495, e-STJ):

A Celesc suscitou a ocorrência de cerceamento de defesa, pois a demanda foi julgada antecipadamente sem que houvesse comprovação dos danos sofridos pela autora ou dos rendimentos por ela percebidos. A recorrente sustentou que "a instrução do feito demonstraria se de fato a produção para o ano 2013/2014 foi afetada ou qual o percentual de dano sobre a arrecadação, uma vez que o percentual de 30% deferido na sentença foi apresentado unilateralmente pelo autor da ação" (fl. 331).

Imperioso esclarecer que o magistrado pode e deve exercer juízo crítico acerca da produção das provas pleiteadas, com base nos princípios da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento motivado (CPC/1973, arts. 130 e 131, respectivamente - equivalentes ao CPC/2015, arts. 370 e 371).

No mais, como a alegação de cerceamento de defesa confunde-se com o mérito da demanda, porque se mostra indispensável analisar a real premência da produção de prova oral ou técnica para o

julgamento da causa, postergo a conclusão acerca da pertinência do pleito.

(...)

Com supedâneo que tudo o que foi dito, conclui-se, também, pela inocorrência de cerceamento de defesa ou imprescindibilidade de produção de prova pericial ou testemunhal arguidos pela Celesc, com fundamento no art. 427 do Código de Processo Civil de 1973 (NCPC, art. 472), uma vez que julgado improcedente o pleito indenizatório por danos materiais em face da ausência de comprovação documental dos prejuízos sofridos pela autora além daqueles já adimplidos administrativamente.

A produção da prova técnica, também, não influenciaria no reconhecimento ou não dos danos morais, porquanto a correspondente condenação foi subsidiada tão somente no incontroverso e notório (NCPC, art. 374) vazamento de óleo, que por si só deu causa aos prejuízos suportados pela autora e acarretou a suspensão de sua atividade profissional, independentemente da conclusão acerca da toxidade do material.

Anoto que, diferentemente do que alega a recorrente, os danos morais foram devidamente comprovados nos autos, de modo que se afasta a alegação de violação ao art. 373, I e II, do Código de Processo Civil.

Com efeito, o Tribunal de origem, à vista dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, concluiu que o embargo administrativo impediu a autora de continuar trabalhando, situação que lhe causou “inquietude”, “desassossego” e “angústia”, nos seguintes termos (fls. 488/492, e-STJ):

Incontroverso que o embargo administrativo atingiu a atividade de subsistência da autora, o que, em razão da inquietude e desassossego, caracteriza, por si só, o dano moral.

(...)

O quantum originalmente fixado em R\$ 30.000,00, contudo, há de ser minorado para R\$ 2.000,00, que se traduz, como se verá, na importância que melhor reflete a compensação adequada aos dissabores enfrentados direta ou indiretamente pelo evento.

Ainda que, na prática, não seja possível delimitar com exatidão a importância que equivale ao dano moral, a reparação deve consistir numa justa compensação ao lesado pela ofensa imposta. Nesse passo, o montante indenizatório deve ser estabelecido de tal forma que desestimele a prática de ilícitos, recomendando-se ainda ao

juiz que observe os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sem descuidar da apreciação de todos os elementos que concorreram para a causa da lesão, bem como das suas consequências.

Por isso, entende-se que, acompanhando a função compensatória, o montante da indenização possui também um sentido punitivo, que contém uma concepção de função preventiva e resulta na ideia de ressarcimento-prevenção.

Isso faz com que os bens jurídicos ligados à personalidade da pessoa e tutelados pelo Estado não constituam simples valores abstratos dissociados da realidade hodierna.

(...)

Contudo, não se pode fazer com que o caráter punitivo da condenação se sobreponha à natureza reparatória da indenização por danos morais. Noutras palavras, o efeito repressivo da indenização, com natureza claramente sancionatória, não pode sobrelevar o fim maior dos danos morais que, na sua essência, têm natureza nitidamente compensatória.

Tenho sustentado que esta via - a da ação que envolve litígio estritamente individual - não se mostra aconselhável para reprimir genericamente as condutas atentatórias ao direito do consumidor. Se de um lado pode ser alcançado aquele fim, de outro, tem-se outro efeito pernicioso, que é o enriquecimento sem causa, além do incentivo à demanda, pois o abalo moral passa a ser vantajoso em vez de prejudicial à honra e à dignidade das pessoas.

Em suma, em casos como o presente, deve-se partir da premissa de que o quantum indenizatório não pode ser tão grande que se converta em fonte de enriquecimento pelas lesões sofridas, nem tão pequeno ao ponto de se tornar insignificante.

No caso em tela, diante do quadro fático delineado nos autos, consideradas as peculiaridades do caso, principalmente o fato de que a angústia da privação do meio de subsistência decorreu não propriamente da toxidade do material despejado no mar, mas sim do embargo preventivo determinado pelas autoridades administrativas, aliada à ausência de consequências mais gravosas ou imprevisíveis, conclui-se que R\$ 2.000,00 (dois mil reais) se mostram suficientes e adequados à reparação dos prejuízos extrapatrimoniais experimentados pela demandante.

Nesse contexto, verifica-se que rever o entendimento do acórdão recorrido ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em

sede de recurso especial, ante a Súmula 7 do STJ.

Por fim, cumpre registrar que os recursos interpostos com fundamento no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula 7/STJ quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe 18/8/2014)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
Relatora